

# Prioridade ao ensino básico e pauperização docente

6 SET 1996

VANILDA PAIVA, CÉLIA JUNQUEIRA e LEONARDO MULS

**D**esde os anos 80 e especialmente nestes anos 90 temos ouvido reiteradamente clamores em favor da educação básica. Uma nova consciência parece ter se difundido entre os *policy makers* sobre a importância de uma educação de qualidade, em especial no nível básico — no qual se adquirem as habilidades e disposições necessárias para enfrentar o mundo moderno sobre as quais se assentam desenvolvimentos posteriores e esforços de profissionalização e re-profissionalização, num mundo em que as biografias profissionais lineares são cada vez mais raras. A educação básica foi transformada em cerne do discurso educacional, apontada como condição para o desenvolvimento econômico e social.

Neste quadro, não pode deixar de chamar a atenção o processo de pauperização a que vem sendo submetido o professorado, com suas inevitáveis consequências no plano da qualidade da educação. Estudo realizado sobre os salários dos docentes da rede municipal do Rio de Janeiro — que certamente contém elementos similares aos de outras cidades ou estados deste e de outros países — nos coloca diante de um quadro que nem é coerente com a recessão dos anos 80, nem com a importância que o discurso atribui à educação básica. E, se não é possível minimizar nem os efeitos da redemocratização e do populismo sobre as oscilações salariais e muito menos os do acometimento de políticas de expansão monetária e fiscal que, nos anos 80, levaram para cima os salários, a queda dos salários docentes também não se explica nem pela expansão do sistema de educação e eventual aumento dos contingentes docentes, nem pela consciência da quebra do ideal do modelo de bem-estar social ou da crise fiscal nos últimos anos.

Os salários dos professores do Primeiro Grau oscilaram fortemente no período de janeiro de 1979 a maio de 1996. Tomamos aqui as médias salariais anuais em reais de 1996, entendendo-se aqui por remuneração vencimento básico, gratificação de regência e outras gratificações de caráter universal. Cano de 1979 serve à comparação porque a Lei 95, de março daquele ano, que estabeleceu o primeiro Plano de Classificação de Cargos e Plano de Ven-

MÉDIAS SALARIAIS ANUAIS*					
IPC - RJ			IVCT - DIEESE		
Ano	menor salário	maior salário	Ano	menor salário	maior salário
1979	637,18	1.818,64	1979	1.169,00	3.332,96
1980	806,64	1.657,65	1980	1.485,75	3.053,37
1981	640,82	1.314,36	1981	1.208,37	2.478,45
1982	572,17	1.173,55	1982	1.103,93	2.264,22
1983	499,77	2.005,62	1983	941,47	3.774,45
1984	532,28	1.760,84	1984	1.039,05	3.432,98
1985	489,47	1.572,07	1985	957,52	3.073,99
1986	561,36	1.730,02	1986	1.022,32	3.157,85
1987	455,89	1.453,00	1987	740,24	2.360,92
1988	395,02	1.310,00	1988	699,65	2.320,24
1989	385,25	1.277,28	1989	534,27	1.771,37
1990	512,98	1.406,63	1990	644,48	1.767,20
1991	429,08	958,47	1991	503,86	1.125,52
1992	327,66	709,11	1992	390,21	844,32
1993	281,44	545,24	1993	342,52	663,66
1994	239,67	442,79	1994	283,60	524,10
1995	316,93	472,66	1995	334,69	499,73
1996	385,81	537,95	1996	384,56	536,21

\* Em R\$ de 1996

cimento do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro depois da fusão e a utilização de dados anteriores suporia lidar com parâmetros diferentes.

O gráfico com médias anuais em reais deflacionadas pelo IPC-RJ (FGV) mostra que os salários, em 1979, encontravam-se num patamar que pode ser considerado elevado. Vai caindo ao longo da gestão Klabin, prefeito que os recompôs em 13% acima do início do Governo anterior através da Lei 374, de 16 de novembro de 1982. Foi, certamente, uma política de fim de governo, que deixou a conta para o próximo pagar em 1983. Mas, já em 1985, eles haviam caído a patamares abaixo dos de 1980, recompondo-se momentaneamente com Saturnino Braga, mas mostrando uma tendência declinante que se radicalizou a partir de 1990 e atingiu seu ponto mais profundo em 1994.

As perdas horizontais, que têm a ver com a destruição da carreira e afetam o professorado mais qualificado e experiente, foram brutais. Considerando, porém, que a maioria do professorado de Primeiro Grau tem curso superior (92,6%), quase a sua totalidade foi atingida pelas medidas que pauperizaram o docente, além de desestimular a permanência na carreira dos mais qualificados e experientes. Se os professores iniciantes com Segundo Grau perderam, entre 1979 e 1994, consi-

derando o IPC-RJ, 62,4%, as perdas do professor com curso superior em final de carreira se elevaram a 75,6% — o que teve um impacto desvalorizante sobre os estudos superiores. Pelos cálculos do Dieese elas alcançam, respectivamente, 75,7% e 84,3%, atingindo — entre os professores com curso superior — 85% em 1995. Seu salário tornou-se apenas 15% do que era em 1979.

Se o cálculo fosse feito levando em conta a recomposição promovida por Klabin em 1983, que favoreceu aos professores com mais formação e experiência, teríamos para estes uma perda entre 1983 e 1994, pelo IPC-RJ, de 78% e não 75,6%; pelo Dieese, a perda entre 1983 e 1995 seria de 86,8% e não de 85%. Ou seja, um professor com tal qualificação estaria recebendo em 1994/1995 entre 22% e 13% do seu salário de 1983. As perdas para o professor iniciante com curso secundário foram menos severas. Entre 1980 e 1994 a diferença, pelo IPC-RJ, foi de 70,3% (redução a cerca de 30%) e, pelo índice do Dieese, de 81% (redução a cerca de 19%). Ao entrar o Plano Real em julho de 1994, os salários docentes estavam no seu ponto mais baixo de todo o período, e chegou a haver algumas recomposições desde então, mas elas não só foram sempre menores no caso dos professores com nível superior e maior tempo de magistério (poli-

tica que visa a baixas aposentadorias), como apenas retornam aos já muito deteriorados patamares de 1993.

O anúncio de uma gratificação de R\$ 120 a partir de setembro de 1996 para os professores regentes que se inscrevam em cursos de aprimoramento, com a perspectiva de prova final para enquadramento, levanta uma esperança. Mas significam acréscimo de 31% para iniciantes com curso secundário (a minoria, 7,4%) e 23% para professores experientes com curso superior, ficando estes com salários bem abaixo dos de 1992 e chegando os primeiros perto da posição de 1990.

No que concerne à carreira não há como não vê-la destruída. Mas as relações entre o maior e o menor salário ao longo do tempo podem nos ajudar a visualizar melhor esta desvalorização. Se em 1979 esta relação era de 2,85, subindo com a Lei Klabin até 4,01, a partir de 1983 ela entrou em desenso — retornando ao patamar de 1979 em 1990 (2,74) para, a partir daí, despencar até ao nível de 1996 (1,39%). Trocando em miúdos, se em 1979 um professor do antigo ginásio ganhava 185% a mais que seu colega com curso secundário, se chegou a ganhar 301% a mais em 1983, esta diferença é hoje de apenas 39%.

Os números mostram por que se fala em pauperização docente. A sociedade deixa clara a sua per-

cepção quando o motorista de táxi recusa-se a cobrar uma corrida da professora atrasada, quando esta não consegue abrir uma conta em banco ou quando não só os próprios professores impedem seus filhos de seguir a profissão, mas operários recusam-na para sua prole. Apenas uma parte das empregadas domésticas, embora desrespeitem o salário, ainda a consideram como uma forma de ascensão social simbólica. Explica também a queda vertiginosa do número de candidatos a cursos superiores, cujo mercado de trabalho principal é a docência, e a recusa da maioria dos universitários às licenciaturas. Mas a dramaticidade da situação só se pode perceber no dia-a-dia das escolas.

Deparamo-nos com professoras que precisaram, em situações de crise familiar, vestir o uniforme da escola para não pagar condução (com todas as consequências de tal simbolismo sobre as possibilidades de a professora atuar como figura de identificação e facilitar a aprendizagem) e com a ironia dos alunos — para os quais a utilização da merenda escolar tornou-se realmente um ponto de diferenciação entre quem é e quem não é realmente pobre — ao afirmarem que os professores “são viciados naquela comida”. Deparamo-nos também com profunda corrosão dos padrões disciplinares, com um clima de grande infelicidade entre os docentes, muitos dos quais afirmam tomar tranquilizantes para enfrentar o dia-a-dia da profissão e poder lutar para não serem completamente expelidos para fora das camadas médias.

Mesmo em áreas pobres e próximas a favelas, os docentes se percebem e são percebidos como tão ou mais pobres que os alunos, como se vê no comentário de uma professora que levou seus alunos a um passeio: “Fiquei

impressionada com o quanto os alunos gastaram no passeio. Compraram chocolates, compraram refrigerantes, compraram roupa na feira. Os professores não gastaram nada. Eu só tinha um real no bolso para a condução de volta.” Por isso, um grande número delas complementa sua renda como sacoleiras, tricoteiras, produtoras e vendedoras de doces, salgados e confecções caseiras, organizadoras e animadoras de festas. A categoria não logrou defender sua posição relativa salarial, de status e de auto-estima — dentro da sociedade, apesar das greves e de outras formas de luta.

Apesar disso, é preciso dizer a respeito deste professor com salários aviltados que não é raro vê-los desdobrarem-se em atividades de preservação dos equipamentos, promovendo festas, mutirões de limpeza e pintura nos finais de semana. Outros compram chocolate “baton” para premiar quem consegue aprender a lição do dia, levam gravador e música para acalmar os alunos antes de iniciar as atividades, enfrentam a heterogeneidade e as dificuldades com as medidas possíveis à criatividade na pobreza. Mas a verdade é que o ensino básico foi se transformando nesta nova escola popular de massa, na qual a questão salarial é um dos ingredientes — importante, essencial — no processo de encravamento da “cultura escolar” frente à “cultura mundana” (Adorno) dos segmentos pobres, levantando muitas dúvidas a respeito de sua capacidade de preparar a população para os desafios da contemporaneidade.

VANILDA PAIVA é diretora do Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada, Rio de Janeiro; CÉLIA JUNQUEIRA é mestre pelo CCDA/UFRJ; e LEONARDO MULS é mestre pelo IEI/UFRJ.

